0085441-58.2011.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00321485 - APELANTE: CASA NUNES MARTINS S A IMPORTADORA E EXPORTADORA ADVOGADO: JOSÉ OSWALDO CORREA OAB/RJ-012667 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: GUILHERME JALES SOKAL **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ATIPICIDADE AO ART. 1.022, INCISOS I A III, DO NCPC. INEXISTÊNCIA DE ERRO, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE SUPRÍVEIS. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

029. APELAÇÃO 0102570-08.2013.8.19.0001 Assunto: Inversão do Ônus / Provas / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 15 VARA CIVEL Ação: 0102570-08.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00542266 - APELANTE: ODONTOPREV S A ADVOGADO: SERGIO BERMUDEZ OAB/RJ-017587 APELANTE: FILIPE CODEÇO WAGNER ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO GUILHERMINO VEIGA OAB/RJ-153390 APELADO: OS MESMOS APELADO: M E R ODONTOLOGIA AVANÇADA LTDA ADVOGADO: CRISTIANE SANTOS ARAUJO COSTA YAGHMOURIAN OAB/RJ-081223 **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

030. APELAÇÃO 0106300-22.2016.8.19.0001 Assunto: Renovação de Contrato de Locação / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 8 VARA CIVEL Ação: 0106300-22.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00522216 - APELANTE: LUJUTA JÓIAS LTDA ADVOGADO: BRUNO PINHEIRO BARATA OAB/RJ-075514 APELADO: LOJAS AMERICANAS SA ADVOGADO: JORGE LUIZ DE CARVALHO VELLOSO OAB/RJ-036021 **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO RENOVATÓRIA. AUTOR QUE RENUNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. MANIFESTAÇÃO DE VONTADE QUE NÃO DEPENDE DA AQUIESCÊNCIA DO RÉU. SENTENÇA QUE JULGA EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 487, III, *in fine* DO NCPC. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU EM QUE BUSCA A REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SEJA REVISTA A CONDENAÇÃO A TÍTULO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, FIXANDO-SE EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA. PRETENSÃO QUE SE REVELA DESPROPORCIONAL À DEMANDA, CONSIDERANDO-SE O TRABALHO E O TEMPO DESPENDIDO PELOS ADVOGADOS, JÁ QUE ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA A INTERVENÇÃO DO PATRONO DO DEMANDANTE SE LIMITOU À APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA, PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

031. APELAÇÃO 0109527-54.2015.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 37 VARA CIVEL Ação: 0109527-54.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00563518 - APELANTE: BERENICE DOS SANTOS ADVOGADO: LUIZ FELIPPE CHELLES OAB/RJ-080899 APELADO: BANCO SANTANDER BRASIL S.A. ADVOGADO: EDUARDO CHALFIN OAB/RJ-053588 **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. MORTE DO SEGURADO. RECUSA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA À GENITORA, NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIA DA APÓLICE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. CONTRATO FIRMADO COM COBERTURA APENAS PARA MORTE ACIDENTAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO MÍNIMA DE QUE A CAUSA MORTIS TENHA OCORRIDO DE FORMA ACIDENTAL. ÚNICA PROVA PRODUZIDA PELA DEMANDANTE SE CIRCUNSCREVE À CERTIDÃO DE ÓBITO QUE REVELA QUE O FALECIMENTO DO SEGURADO OCORREU NO SEU DOMICÍLIO E POR CAUSA INDETERMINADA, DIANTE DO ESTADO DE PUTREFAÇÃO DO CORPO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

032. APELAÇÃO 0146280-25.2006.8.19.0001 Assunto: Enriquecimento sem Causa / Atos Unilaterais / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 23 VARA CIVEL Ação: 0146280-25.2006.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00645905 - APELANTE: FABRICA DE PAPEL SANTA MARIA LTDA EPP ADVOGADO: JUSSARAH KUBITSCHKE LOPES OAB/RJ-201222 APELADO: FORTE SAO CRISTOVAO COMERCIAO DE FERRO LTDA ADVOGADO: CYNTHIA COELHO CORTEZ OAB/DF-038756 **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CHEQUE PRESCRITO. PERDA DA FORÇA EXECUTIVA. AÇÃO IN REM VERSO PELA VIA MONITÓRIA. JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECISÃO ESCORREITA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA OU DE OUTRO FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. LOCUPLETAMENTO DO EMITENTE QUE SE PRESUME. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DO DOCUMENTO ESCRITO QUE NÃO FOI INQUINADA EM SEDE DE EMBARGOS. CONSTITUIÇÃO DE PLENO DIREITO DO TÍTULO JUDICIAL E CONVERSÃO DO MANDADO INICIAL EM EXECUTIVO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 700 E 702, §8º, AMBOS DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. UNÂNIME. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

033. APELAÇÃO 0151498-24.2012.8.19.0001 Assunto: Revisão Contratual / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 38 VARA CIVEL Ação: 0151498-24.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00610759 - APELANTE: VALÉRIA MOREIRA SIQUEIRA ADVOGADO: JEFERSON SARANDY BRANDÃO OAB/RJ-127348 APELADO: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ADVOGADO: PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR OAB/RJ-087929 **Relator: DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO** Ementa: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REVISIONAL DE AJUSTE DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DA PRÁTICA DE ANATOCISMO E CUMULAÇÃO INDEVIDA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECISUM PARCIALMENTE CORRETO. O SISTEMA FRANCÊS DE AMORTIZAÇÃO (TABELA PRICE) SÓ IMPORTARÁ EM ILEGALIDADE SE A SUA ADOÇÃO IMPLICAR A OCORRÊNCIA DE ANATOCISMO, O QUE NÃO FOI CONSTATADO PELA PERÍCIA. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE VIABILIZE A COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE NATUREZA EXTRAJUDICIAL, O QUE INFIRMA O PLEITO DE NULIDADE DA ALUDIDA REGRA CONTRATUAL. LAUDO PERICIAL NO SENTIDO DA INOCORRÊNCIA DE CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS (JUROS DE MORA E MULTA). EXISTÊNCIA, CONTUDO, DE CUMULATIVIDADE INDEVIDA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OS JUROS REMUNERATÓRIOS (CONTRATUAIS), CONFORME AFERIU O EXPERT DO JUÍZO. APLICAÇÃO DOS VERBETES SUMULARES 30, 296 E 472, TODOS DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE, PARA DETERMINAR O EXPURGO DA COMULAÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OS JUROS REMUNERATÓRIOS. UNÂNIME. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

034. APELAÇÃO 0243574-91.2017.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade da Administração / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: